

# RECRUTAR FICA MAIS DIFÍCIL!

A AP terminou o ciclo de audiências junto das chefias militares no passado dia 23 de Maio, sendo recebida em audiência por S. Ex<sup>a</sup> o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, GEN José Pinheiro. Depois da apresentação de cumprimentos da Direção recentemente empossada, a delegação da AP apresentou as suas preocupações em relação a um conjunto de matérias, umas novas, outras já apresentadas e continuam a persistir, das quais se destacam:

**PROMOÇÕES** – AP alertou para a grande preocupação que reina nas praças da FAP em relação à forma e critério escolhido para as promoções. As praças que reúnem condições de promoção são cerca de 800. Para quando as promoções?

**REDUÇÃO DE EFETIVOS** – Como consequência dos cortes o concurso acesso ao Curso de Formação de Sargentos da FAP aguarda despacho a autorizar o número de vagas por parte do Ministério das Finanças. Estas situações acarretam enormes consequências na vida pessoal dos militares e suas famílias, assim como criam enormes dificuldades no normal funcionamento das unidades e na gestão dos recursos humanos.

## ESTATUTO DE TRABALHADOR-ESTUDANTE

Para a AP a Formação dos militares é uma matéria de grande importância mas cuja aplicação tem ficado dependente da sensibilidade dos diferentes comandantes ou diretores, desta forma denota-se assim um desfasamento com o estabelecido no Regime de Incentivos à Prestação de serviço em RC. A título de exemplo, um militar que estava a usufruir do estatuto, com a mudança de comando deixou de o poder utilizar.

**PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA** – O pagamento da prestação pecuniária após termo da prestação de serviço militar aos militares que ingressaram antes de 02OUT2005 é constituída por 2 duodécimos da prestação anual para quem tenha cumprido 6 anos de serviço efetivo em RC.

Porém a FAP através da Circular nº 12/2012 considera que os militares que tenham iniciado o período nas fileiras até 2 de Outubro de 2005 só vão ter direito a uma prestação pecuniária.

Para a AP o serviço efetivo em RC inicia-se na data da incorporação (alínea a) do Art.º 303º do EMFAR) e não quando o militar é colocado na Unidade/Organismo após a instrução. O período nas fileiras é que se inicia após o militar termina a instrução militar (Art.º 26º da Lei 174/2009 - Lei do Serviço Militar).

Em suma serviço efetivo em RC não é a mesma coisa que Período nas Fileiras.

## SUPLEMENTO DE CONDIÇÃO MILITAR

– Verifica-se o não pagamento do Suplemento de Condição Militar (SCM) aos militares em RC durante a formação. O Militar inicia a sua Instrução Militar Básica, designada por recruta. Nesse mesmo dia efetuou o Jramento de Bandeira, tendo, solenemente, jurado “*Guardar e fazer guardar a Constituição e as leis da Republica (...) mesmo com o sacrifício da própria vida*” – Cfr Art.º 7º do E.M.F.A.R.

O militar termina a instrução complementar, tendo, a partir dessa data, iniciado o vínculo contratual efetivo com a Instituição, nos termos do art.º 28º da Lei nº 174/99 de 21 de Setembro (Lei do Serviço Militar).

Porém desde o ingresso na Instituição, até ao citado dia em que terminou a instrução complementar, ao militar, nunca lhe foi pago o valor referente ao Suplemento de Condição Militar, conforme estatui o nº 1, do art.º 10.º do Dec-Lei 296/2009 de 14 de Outubro, com referência ao art.º 120 nº 2 do EMFAR.



**SUPLEMENTO DE RESIDÊNCIA** (DI nº 172/94, 25 de Junho e DL nº 60/75, 7 Abril) – A Força Aérea faz um entendimento restritivo em relação ao pagamento do Suplemento de Residência aos militares do regime de contrato, ao contrário do Exército, o que suscita dúvidas acerca da legalidade e de uniformidade de procedimentos, quando a lei é igual para todos.

Verifica-se que muitas praças têm de pagarem a sua residência em unidades militares, embora deslocados a mais de 120Km da sua área de residência e sem lhes ser possível do direito de usufruírem deste suplemento.

**FORMAÇÃO CERTIFICADA** – Quanto à Formação Certificada denota-se que apesar das medidas previstas no Regulamento de Incentivos (RI) esta é uma matéria que não tem tido grande desenvolvimento, nem a expressão que deveria ter.

São situações como estas que contribuem para a não retenção de militares nas Forças Armadas e para a cada vez maior dificuldade de recrutamento.